

Colóquio
"Fórum Cidadãos"
" Democracia e Cidadania na União Europeia"

Universidade dos Açores
Campus de Ponta Delgada – Anfiteatro C
26 de Maio de 2008

(*saudação protocolar*)

Permitam-me que, em primeiro lugar e em nome do senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, cumprimente todos os presentes, agradecendo igualmente o convite e felicitando a organização desta iniciativa conjunta, enquadrada no projecto "Fórum Cidadãos", a saber, o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e a Universidade dos Açores.

Gostaria também de saudar, muito em especial, os oradores dos painéis deste Fórum, deputados portugueses ao Parlamento Europeu, depositários da legitimidade democrática e de um conhecimento, na primeira pessoa, do exercício e da participação política e cívica na Europa, que muito nos honram com o seu contributo e presença nesta Região Autónoma e Ultraperiférica da União Europeia.

As eleições para o Parlamento Europeu – e o respectivo direito de eleger e de ser eleito - são, de resto, provavelmente, a face mais

visível do exercício da Democracia e da concretização da Cidadania na União Europeia.

Este vínculo de Cidadania – sem discutir a sua natureza, a sua concretização, amplitude e evolução (que será certamente abordado pelos oradores) - se pode ser definido com base numa série de direitos e deveres que unem os cidadãos dos Estados-membros e a União Europeia, consubstancia-se também, numa sua dimensão fundamental, através da consciência e da participação política dos cidadãos nos assuntos da União.

Nos Açores, é certo que as contingências próprias que nos identificam e que justificam, de pleno direito, um estatuto especial na União Europeia – em particular, a distância, o isolamento e a insularidade – podem retirar uma maior visibilidade e impacto a direitos como a liberdade de circulação de bens e pessoas ou a conquistas e vantagens inequívocas, por exemplo em termos de mobilidade, para outros cidadãos do continente europeu, como será o caso da Moeda Única.

Mas estes condicionalismos aumentam também a consciência de que o exercício da cidadania europeia nos Açores adquire uma dimensão clara e imprescindível de reivindicação de compensação pelos nossos constrangimentos e pela igualdade de oportunidades dos nossos cidadãos.

Também do ponto de vista da participação democrática, se os cidadãos da União Europeia, em geral, se sentem afastados e muitas vezes não compreendem o funcionamento das instituições

e as várias legitimidades do exercício do poder político e legislativo de uma organização supra-nacional verdadeiramente original e em constante evolução e mutação, estes factores serão também agravados, nos Açores, pela distância dos centros de decisão e de poder da União.

Por outro lado, os açorianos, cidadãos de uma Região Autónoma, com uma Assembleia Legislativa e Governo democraticamente eleitos, não aceitam com facilidade – e muito menos compreendem – uma certa tendência centralizadora e distante das decisões da União Europeia, bem como a falta de uma visão coerente e transversal de certas políticas, ainda mais em áreas em que a actuação política e legislativa da Região tem claras provas dadas de sucesso.

Poderemos referir, rapidamente, o exemplo da inclusão no Tratado de Lisboa da conservação dos recursos biológicos do mar como matéria de competência exclusiva da UE. Face aos resultados da política comum de pescas sobre a preservação de espécies, este é um claro exemplo de uma política que, por potencialmente centralizadora, distante e inadequada, causa preocupação aos cidadãos e acrescidos desafios para uma região como os Açores, em que o princípio da gestão sustentável do mar é um dado assente e constante das suas políticas e um património inalienável da sua Autonomia.

Mas, sob uma outra perspectiva, estes mesmos condicionalismos, estruturais e permanentes, da ultraperiféricidade europeia – sentidos

por todos os cidadãos no seu dia a dia - fazem com que os açorianos tenham uma clara consciência do contributo fundamental e da acção imprescindível que a União Europeia tem desempenhado no desenvolvimento económico da Região e no bem-estar das suas populações.

É, assim, desta dupla dimensão – maior dificuldade em aceder e exercer certos direitos fundamentais da Cidadania europeia e, por outro, porventura, uma maior consciência da relevância da actuação da União Europeia – que vai enquadrar o exercício da cidadania nos Açores.

Saliente-se que os Açorianos, apesar de afastados, não estão, de todo, alheados do centro de decisão da União ou que menos sabem exercer a sua Cidadania. O que é preciso, cada vez mais, é dar voz a uma crescente consciencialização dos seus direitos, liberdades e garantias como cidadãos da União, bem como à efectivação da sua participação cívica, como via de integração no projecto europeu, que se pretende ser inclusivo de todos os cidadãos.

Refira-se, a este propósito, um exemplo muito recente e claro. No âmbito da comunicação da Comissão Europeia sobre “A Estratégia para as RUP: progressos e Perspectivas Futuras” e com o intuito de reforçar a participação açoriana na construção desta “parceria reforçada” - de ouvir aqueles que, sendo cidadãos açorianos e portugueses, também são, de pleno direito, europeus - que o Governo dos Açores, lançou um amplo processo de auscultação pública.

Assim, após a auscultação institucional de federações sócio-profissionais, de associações sindicais, de partidos políticos e da universidade , foram realizadas 9 sessões de debate, abertas ao público, de Santa Maria ao Corvo, em que participaram estudantes, académicos, membros de organizações sociais e profissionais, representantes políticos e cidadãos em geral, interessados em manifestar a sua opinião sobre a parceria e actuação da União Europeia e os reais constrangimentos e potencialidade de desenvolvimento, numa clara manifestação da participação cívica e do interesse dos Açorianos pelo exercício da cidadania europeia.

Não obstante, se é necessário, em geral, fomentar a identificação dos cidadãos com a União Europeia e promover, cada vez mais, uma opinião pública, uma consciência política e uma identidade europeias, também nesta Região é necessário trabalhar neste sentido.

Este é um trabalho de todos, do Governo, dos Deputados, da Universidade, das representações de Instituições e Organismos da União Europeia e da sociedade em geral.

Mas, parece-me, nos Açores, estamos num bom caminho! Não satisfeitos, nunca, com o que se consegue e sempre empenhados no reforço da participação cívica dos Açorianos nos assuntos da União Europeia, veja-se, como exemplo, a dinâmica e a relevância que atingiram as Comemorações do dia 9 de Maio da Região: - seminários organizados pela Universidade dos Açores e pelo

Núcleo de Estudantes de Estudos Europeus desta Academia, actividades, junto dos mais jovens, pelo Centro *Europ Direct*, por diversos estabelecimentos de ensino e Clubes Europeus da Região, bem como a organização oficial pelo Governo dos Açores, com a presença do seu Presidente, das comemorações do dia 9 de Maio, com a final de um concurso de dissertações aberto a todas as escolas secundárias da região, subordinado ao tema “ano europeu do diálogo intercultural”.

Mas não só: - falemos das iniciativas de divulgação e difusão de informação relativa à União Europeia junto de todas as escolas secundárias da Região e das sessões organizadas nestes estabelecimentos, em conjunto com a Universidade dos Açores, ou, ainda, do Plenário Jovem que recentemente se realizou na Assembleia Legislativa da RAA, dedicada ao tema “Regiões Ultraperiféricas da União Europeia” e veremos, assim, a actualidade e o interesse que, aos mais variados níveis, os assuntos da União Europeia despertam na Região e, em particular junto dos mais jovens.

Ainda em relação a estes, a sua preparação para o exercício da cidadania é, de resto, uma prioridade clara e uma condição indissociável do sucesso da integração desta Região na União.

Neste sentido, tal como anunciado pelo Presidente do Governo, nas comemorações do Dia da Europa, permitam-me que destaque a aprovação no Conselho de Governo do passado dia 20 de Maio, em Santa Maria, do Programa Regional de Apoio a Estágios Europeus, destinado a reforçar o contacto de jovens açorianos -

até 16 por ano - com as dinâmicas de funcionamento e os processos de formação de decisão da União Europeia, potenciando a sua formação cívica, o interesse pelo trabalho e relevância da presença açoriana nos assuntos comunitários.

Mas este esforço por parte das autoridades, instituições e sociedade açorianas de reforço da cidadania deve – tem que ser – acompanhado, também, por medida das de aproximação da União em favor dos seus cidadãos. E não estamos a falar apenas de estratégias de comunicação, mas de medidas concretas, que transmitam o interesse, também da União, em relação aos Açores e aos Açorianos, a saber:

- Na concretização do princípio da Subsidiariedade, factor indissociável do reforço da democracia na União, assegurando, efectivamente, que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível dos cidadãos. A União, ao actuar, cada vez mais, apenas quando tal se revele mais eficaz que uma acção desenvolvida ao nível das autoridades regionais, originará uma participação mais empenhada na construção europeia.

- Na concretização do Princípio da igualdade democrática, promovendo a igualdade entre todos os cidadãos e igualdade de atenção por parte das instituições, organismos, órgãos e agências da União, com especial atenção, para o futuro da política regional, a reforma do orçamento da União, a implementação da nova dimensão territorial da coesão, bem como de medidas verdadeiramente diferenciadoras, que não só compensem os

condicionalismos, mas valorizem as potencialidades das Regiões Ultraperiféricas.

É que, se a União Europeia define as Regiões Ultraperiféricas – e os Açores - através de uma série de condicionalismos, de todos conhecidos, o nosso estatuto e a realidade, por sua vez, vão muito para além destas dificuldades, contribuindo de um modo decisivo para a dimensão territorial marítima da Europa, para a sua diversidade biológica e a riqueza dos seus recursos, para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, bem como para o posicionamento geo-estratégico da União. Os açorianos são, pois, parte integrante desta realidade e cidadãos, de pleno direito, da União Europeia.

Em suma, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Esta Europa que pretendemos construir – unida na diversidade e respeitadora da identidade de cada região – implica, necessariamente, o estabelecimento não só de uma parceria intensa entre as dimensões europeia, nacional e regional, mas o respeito pelos princípios e participação democrática dos cidadãos.

Esta luta constante para ultrapassarmos as dificuldades inerentes ao estatuto de região ultraperiférica, mas sempre, e acima de tudo, na defesa intransigente do aproveitamento das potencialidades, do bem estar dos nossos cidadãos e da nossa identidade, faz-se, cada vez mais, com o contributo de todos nós, num verdadeiro exercício da cidadania da União Europeia.

Muito obrigado pela vossa atenção,

Rodrigo Oliveira

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

